



Congresso Nacional, ilustre desconhecido

MARIA VALDIRA
Colaboradora

Um maço de cigarro por ano para cada brasileiro, é quanto custa ao País o Poder Legislativo. A frase é do ex-deputado José Bonifácio, ex-Primeiro Secretário da Câmara, o famoso "Zezinho", um dos políticos mais marcantes na vida nacional que Minas já produziu em sua não menos famosa história política. Pronunciada nos idos de 1963 a frase só se desatualizou num ponto: hoje, o Poder Legislativo não custa mais um maço de cigarros a cada brasileiro por ano. A inflação e outros fatores econômicos fizeram o Poder Legislativo custar agora, a cada brasileiro, por ano, meio maço ou talvez menos. E que o cigarro subiu muito, e o Poder — única caixa de ressonância do empobrecimento do povo, único canal por onde ainda escoava alguma notícia das torturas a presos políticos, única voz a bradar no deserto dos vinte anos de ditadura os escândalos contra a economia popular e a necessidade de se restabelecer a democracia no Brasil — ao contrário do cigarro, baixou muito na escala de valores de um povo que ficou tanto tempo no limbo da desinformação.

Zezinho, também muito conhecido por sua argúcia, não fazia blague. Como não estou fazendo agora. E só pegar o Orçamento da União para ver: se em 1973 o orçamento do Poder Legislativo significava 0,72 por cento do Orçamento da União, nos anos seguintes a fração decresceu, e hoje sua participação no Orçamento é de 0,53 por cento. Quando me refiro a Poder Legislativo, quero dizer a totalidade do Poder Legislativo, isto é, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União.

O Judiciário e o Legislativo juntos representam 0,95 por cento das despesas do País, ou seja, menos de um por cento. Os 99,05 por cento restantes correspondem aos gastos com o Poder Executivo.

Como não acredito no agouro dos que prenunciam a volta da ditadura nem no poder de intrigar dos que desejam confrontar o Governo e as autoridades constituídas, e como acredito que o povo brasileiro, apesar de pobre e desnutrido, sabe discernir, desde que os dados lhe sejam apresentados, tenho plena convicção de que nenhum brasileiro se negaria a contribuir com o equivalente a meio maço de cigarro para manter aberto e funcionando como peça fundamental da democracia uma instituição que aos olhos da Nação se configura no Congresso Nacional.

ILUSTRE DESCONHECIDO

Talvez por falta de informação e de participação ativa na vida política do País ou talvez, como quer o deputado Francisco Amaral (PMDB/SP), por falta de um enfoque geral e adequado, a maioria das pessoas pensa que a vida do Congresso Nacional se realiza e se desenvolve apenas nos plenários da Câmara e do Senado. Por incrível que possa parecer, o plenário não é a parte mais importante do Congresso. O plenário, no dizer de Ari Cunha, é a vitrine da Casa.

De fato, toda e qualquer matéria submetida à apreciação do Congresso é cuidadosamente estudada, debatida e votada nas comissões técnicas para, no final, chegar a plenário, e então por força da própria sistemática da instituição passa ao conhecimento público. É uma verdadeira prestação, muitas vezes difícil e acidentada, cheia de detalhes e exigências legais, para finalmente vir à luz do julgamento de toda a Nação.

O caminho percorrido por um projeto de lei na Câmara, por exemplo, tem por trás de si um minucioso, metódico e anônimo trabalho que consome a maior parte do desempenho do

deputado e que requer a competência e a dedicação dos funcionários da Casa como equipe. Existem, e eles são a maioria, deputados que dedicam doze horas do seu dia às suas tarefas especificamente parlamentares, e para corroborar a tese defendida aqui, são exatamente estes os que menos aparecem em plenário. Ou, se aparecem, pouco usam ou não usam nunca a tribuna da Câmara como instrumento principal do seu trabalho. Eu poderia citar mais de três centenas, pelo menos, de deputados que como Floriceno Paixão, Francisco Amaral, João Gilberto, Inocêncio Oliveira, Aluísio Bezerra, Eduardo Matarazzo Suplicy, José Frejat, Jorge Viana, Adail Vitorazzo, Aluísio Campos, João Bastos, Aécio de Borba, Arildo Teles, José Moura, Ralph Biasi, Bocalúva Cunha e Jaques Dornelles, sobrecarregados e inteiramente dedicados à atividade parlamentar, não são estrelas a brilhar no visual do plenário.

Qualquer pessoa pode chegar ao gabinete 577 do anexo 3 da Câmara, às sete horas da manhã, e lá vai encontrar já iniciando o seu trabalho o deputado Francisco Amaral, que só sai do Congresso depois das 19 horas, regularmente. Mas onde menos você vai encontrá-lo é no plenário. Membro efetivo da Comissão de Comunicação e suplente das comissões de Justiça, Trabalho, Educação e Interior, Francisco Amaral, eleito pela quarta vez à Câmara Federal, só nesta legislatura já relatou 82 projetos e tem mais outros 83 que lhe foram distribuídos pelas comissões a que pertence. Semana passada, quando a imprensa divulgava fotos do plenário vazio, Francisco Amaral mergulhava, às 7 horas em ponto, em sua vasta correspondência (ele recebe uma média diária de 40) tentando tirar o permanente atraso que o seu trabalho impõe à atenção dada aos seus eleitores. Uma hora depois voltou a estudar o projeto de reformulação da CLT, por ele reapresentado, e a preparar um discurso sobre o "Pinga-fogo". Depois saiu correndo para um encontro com Celso Borja, no Palácio do Planalto e com Aureliano Chaves, no Ministério das Minas e Energia. Almoçou fora. As 13:30 horas ele estava de volta ao Congresso para só iniciar a leitura do discurso preparado pela manhã, solicitando ao Presidente que o dê como lido. Voltou ao seu gabinete, pediu cópias dos pareceres de outros relatores para ultimar o estudo do vale-transporte. Foi a plenário e de volta ao gabinete recebeu comissão da Abert para discutir projeto-substitutivo a respeito de salário-mínimo. Depois, recebeu prefeitos de sua região que deixaram vários pedidos de acompanhamento de projetos, estudos e assuntos nos ministérios. As 19:30 horas, Chico Amaral fazia a "cozinha" dos seus trabalhos. Não viu a família, atendeu a dezenas de telefonemas e alguns funcionários. Só no caminho de casa teve tempo de "ser informado", através de artigos e fotos, de que como o plenário está vazio, deputado ganha sem trabalhar.

Nesse mesmo dia o deputado José Frejat, 4º secretário da Câmara, chegou às 9 horas para uma reunião dos membros da Mesa com o primeiro secretário, que durou até as onze, quando ele foi a plenário apresentar um discurso na sessão matutina. As 13:30 horas, José Frejat saía de seu gabinete para presidir a sessão da tarde, enquanto várias pessoas o aguardavam. Depois de atender, rapidamente, parte delas, o 4º secretário saiu para uma audiência com o ministro da Administração. Um grupo de vereadores o esperava na Câmara, além de um grupo de funcionários. Depois, recebeu os deputados Jaques Dornelles e Bocalúva Cunha. As 19 horas, sessão noturna. As 20:30 horas, recebeu-me para breve entrevista. Não havia almoçado

nem jantado. Em média, o deputado Frejat trabalha de 12 a 14 horas por dia. Admitindo que uns pouquíssimos deputados estão sempre ausentes da vida parlamentar, salientou que o Parlamento no Brasil, é como em todos os países civilizados: em geral, o plenário fica vazio enquanto o trabalho das comissões segue seu ritmo acelerado e as demais facetas da atividade parlamentar são atendidas. Admitiu também que a ditadura contribuiu de modo peculiar para o esvaziamento do plenário, com a imposição do artifício do "voto de liderança" e as demais cassações das prerrogativas dos membros do Legislativo.

PARTICIPAÇÃO

Todo e qualquer deputado tem que participar, no mínimo, de uma Comissão Técnica Permanente como membro efetivo e de outra, como suplente. As vinte Comissões Permanentes se reúnem obrigatoriamente todas as semanas, sendo que a de Constituição e Justiça (por onde todas as proposições, sem exceção, começam a tramitar) se reúne duas vezes na semana, para votar os pareceres dos relatores. Importantes, sem dúvida, essas reuniões imitam o plenário num particular: elas debatem o resultado de todo aquele trabalho complexo e minucioso que o deputado realizou a fim de consubstanciar seu parecer. Para isso faz-se necessário várias vezes o concurso de pessoas altamente gabaritadas, dentro e fora do Congresso; porque dependendo da matéria e do seu alcance social, econômico ou político, diversificados são os ângulos a serem estudados e grande é a responsabilidade de legislar para um País de 130 milhões de habitantes.

Além das Comissões Permanentes, o deputado integra também as Comissões Especiais, como a atual sobre "Código Brasileiro do Ar", as Comissões Mistas do Congresso Nacional que examinam as proposições oriundas do Executivo, as emendas constitucionais, os decretos legislativos e os vetos presidenciais, e ainda as Comissões Parlamentares de Inquérito, ou CPIs, especificamente instaladas para exame de determinado fato e com prazo estabelecido, como a requerida pelo deputado Paulo Mincaroni sobre "Sistema Bancário e Financeiro", outra sobre o caso "Brasil-Polônia" e em instalação outra sobre "Irregularidades no INAMPS".

Quando a importância do assunto o exige, podem ser criadas ainda subcomissões para apreciação mais profunda, como as recentes sobre Siderurgia e sobre Informática, da Comissão de Economia. No último dia 22, a Comissão do Índio aprovou os trabalhos de uma Subcomissão criada por ela para o exame da situação dos Pataxós, na Bahia.

As Comissões não só são visitadas por autoridades do setor específico de cada uma, como convidadas a visitarem determinadas regiões do País, como aconteceu com a Comissão de Segurança Nacional, chamada a visitar as instalações da Marinha no Rio, e a de Minas e Energia, para ver de perto vários locais de mineração. Frequentemente, a Comissão de Relações Exteriores recebe a visita de embaixadores e diplomatas estrangeiros.

Se alguém quisesse ter uma imagem real da importância do trabalho de Comissões bastaria, por exemplo, ter acompanhado o que foi desenvolvido pela Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Irajá Rodrigues, em torno da reforma tributária. A arregimentação de especialistas, a mobilização no sentido de coletar, selecionar e examinar dados, devem ser

credenciados em grande parte à Comissão, cuja atuação resultou num trabalho substancial conhecido sucintamente pelo nome de "Emenda Passos Porto".

Outra atividade realizada pelas Comissões — portanto, à margem do Plenário — são os seminários e simpósios, muitos deles de tal importância que marcaram época, como alguns da década de 70: sobre poluição ambiental, de iniciativa do deputado paulista Faria Lima, sobre trânsito, e outro sobre prevenção de acidentes. Uma CPI que também marcou época e cujos frutos ainda hoje podem ser colhidos, reunindo o que há de mais informativo e esclarecedor sobre o assunto foi a CPI do Menor.

OS ARTICULADORES

Peregrinar de ministério em ministério, em busca de recursos para as regiões que representam, audiências com ministros e outras autoridades, comparecer às solenidades para as quais são convidados em virtude do mandato, visitar suas bases eleitorais, receber pessoas em seus gabinetes, nos corredores do Congresso, em suas residências e no meio da rua, ouvir as queixas, pedidos e solicitações para acompanhamento de projetos, processos e demais interesses de seus eleitores, responder a correspondência recebida, tudo isso também faz parte legal, legítima e honesta da atividade do deputado. Mas estas não dão Ibope de plenário, estão à margem dele. Como o trabalho dos relatores de Comissões. Na história do Congresso Nacional, os deputados que sempre se dedicaram a esse outro lado do trabalho — desconhecido, duro, difícil e anônimo — por mais atuantes que fossem em sua especialidade jamais tiveram expressivas votações. Pelo contrário, sempre ficavam em fim de fila, ou mesmo na suplência. Em passado recente tivemos casos como os de Pedro Aleixo, Oliveira Brito, Nelson Carneiro (hoje senador) e Audálio Dantas que, sempre escolhido como relatores nas Comissões, só apareciam em plenário para votar. O trabalho por trás das cortinas não lhes rendia votos e a reeleição sempre foi um problema. E alguém pode pôr em dúvida a seriedade, o valor e a marca de presença parlamentar desses deputados?

Em contrapartida, nomes nem sempre expressivos da atividade parlamentar, mas que todo dia usavam da Tribuna para marcar o Ibope junto aos seus eleitores, foram campeões de votos com relativa facilidade. Entre esses, Joel Ferreira, Antonio Bresolin e o senador Lourival Batista ganharam até o apelido de deputados "Voz do Brasil".

Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Petrônio Portella, Amaral Peixoto, no Congresso Nacional contemporâneo, João Mangabeira e Pradom Kelly no passado, nunca foram relatores de Comissões, nem extraordinários oradores, nem apresentadores de projetos de lei de fama singular, nem geniais demagogos, nem frequentadores irrepreensíveis de plenário. No entanto, são nomes acima de qualquer suspeita. O que fizeram ou fazem esses homens (como tantos outros no Congresso de hoje e de ontem) não contribuíram para o Ibope de plenário. Graças a esses magos da articulação, da conciliação nacional, da sobrevivência da democracia, o Brasil apesar dos mercuriais intermitentes nas trevas consegue fazer o sol brilhar. O trabalho deles, que não tem visual espetacular, não é trabalho parlamentar? Eles não estão cumprindo com as tarefas do seu mandato? Seria melhor para o Brasil que eles deixassem os bastidores e fossem fazer número em plenário?